



ÁFRICA AUSTRAL HOJE



SADC HOJE Vol. 14 No 2 Fevereiro 2012



Integração da SADC 20 anos depois

O ANO 2012 Marca 20 anos desde a histórica assinatura do Tratado e da Declaração da SADC e constitui a África Austral avançar com a sua agenda de integração da região.

A 17 de Agosto de 1992, na Cimeira realizada em Windhoek, Namíbia, os Chefes de Estado e de Governo assinaram o Tratado e a Declaração da SADC que efectivamente transformou a Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC) em Comunidade para o Desenvolvimento África Austral.

Na prossecução da agenda de integração regional, Estados Membros da SADC assinaram, desde 1992, um total de 26 protocolos e uma série de declarações, cartas e memorandos de entendimento sobre vários assuntos, que vão desde a mineração, comércio e finanças e investimentos de drogas as citis, florestas e recursos hídricos partilhados.

A mudança de foco de uma conferência de coordenação para uma comunidade de desenvolvimento levou à reestruturação das instituições da SADC, a partir de 2001. O exercício viu a reestruturação e centralização das funções da SADC, a partir de 21 sectores baseados nos Estados-Membros e lidando com uma gama diversificada de questões de desenvolvimento da saúde, do meio ambiente e

mineração ao turismo, comércio e investimento, em quatro (agora cinco) direcções baseadas na sede da SADC em Gaborone, Botswana.

A reforma da estrutura da SADC e do seu quadro institucional, desde 1992, representou uma mudança estratégica de intenção de consolidar a integração económica e política regional, pelos Estados-Membros e da vontade de abordar questões mais amplas de desenvolvimento, ao acelerar o processo rumo a uma Comunidade Económica Regional integrada (REC) como previsto na Comunidade Económica Africana.

Outro marco alcançado desde a transformação da SADC foi o Plano de Desenvolvimento Estratégico Indicativo Regional (RISDP), um plano de desenvolvimento de 15 anos, produzido em 2003, que fornece orientação estratégica para a organização e visa operacionalizar a Agenda Comum da SADC para a erradicação da pobreza.

A meta primordial é atingir taxas anuais de crescimento económico de pelo menos sete por cento, necessários para reduzir pela metade a proporção de pessoas que vivem na pobreza na região até 2015.

POLÍTICA	3
INFRA-ESTRUTURA	4
UNIÃO AFRICANA	5
COMÉRCIO	6
ENERGIA	7-9
BREVES NEGÓCIOS	10
AGRICULTURA	11
GESTÃO DE DESASTRES	12
ELEIÇÕES	13
PAZ E SEGURANÇA	14
EVENTOS	15
HISTÓRIA HOJE	16

continua na página 2

Integração da SADC 20 anos depois

Para realinhar o RISDP com as novas realidades do continente, os líderes da SADC ordenaram uma revisão do projecto. Os líderes da SADC, na sua Cimeira realizada em Angola em 2011, orientaram o Grupo de Trabalho Ministerial sobre Integração Económica Regional para rever o RISDP para identificar prioridades e reorientar agenda de integração da região.

O grupo de trabalho deverá apresentar um relatório sobre a revisão do RISDP durante a Cimeira de 2012 a ser realizada em Maputo, Moçambique.

A reorientação das prioridades da SADC surge na sequência de contuas negociações tripartidas entre a SADC, a Comunidade dos Estados da África Oriental (EAC) e o Mercado Comum para África Oriental e Austral (CÔMESA).

Isto significou que a agenda de integração da SADC não pode mais ser discutida isoladamente senão por via Tripartida.

Apesar da escassez de pessoal e outros desafios administrativos, a SADC também avançou significativamente em muitas questões importantes relacionadas com o seu programa de reestruturação.

O Órgão de Política, Defesa e Segurança tem feito progressos no estabelecimento de procedimentos e mecanismos de intervenção. O diálogo iniciado pela SADC no Lesoto e no Zimbábue, por exemplo, tem produzido resultados positivos na resolução de disputas políticas nacionais, ajudando assim a manter a estabilidade na região.

Diálogo semelhante está em curso para o Madagáscar, que foi suspenso da SADC na sequência de um golpe militar em 2009.

No entanto, talvez a maior conquista para a SADC desde a assinatura do Tratado foi o lançamento, em 2008, de uma Área de Comércio Livre na região. A ACL da SADC entrou em vigor em 01 de Janeiro de 2008 na sequência da aplicação de uma tarifa acordada a luz de compromissos faseados entre 2000 e 2007.

A partir de 2008, os produtores e os consumidores não pagam imposto de importação estimado em 85 por cento de todo o comércio de mercadorias entre os Estados-Membros participantes. Dois países, Angola e República Democrática do Congo, disseram que vão aderir à ACL mais tarde.

Vinte anos depois de a SADC ter optado uma abordagem de integração de desenvolvimento, 2012 figura como uma oportunidade para os líderes regionais consolidarem os ganhos obtidos até agora e mover a agenda regional para a frente.

A Cimeira de 2011 também orientou ao Grupo de Trabalho Ministerial sobre a integração regional para acelerar os trabalhos rumo a um acordo e entendimento comum sobre o roteiro para a proposta de união aduaneira da SADC, que estava inicialmente prevista para lançamento em 2010.

O lançamento da União Aduaneira foi adiado para permitir que os Estados-Membros tenham mais tempo para consolidar a aplicação e os ganhos da ACL, que os governos da SADC sentem ser uma agenda mais flexível e prática.

O trabalho deverá continuar este ano sobre o tão esperado Plano Director de Infra-estrutura da SADC, que vai orientar o desenvolvimento de infra-estruturas de chave, como as rodoviárias, ferroviárias e portos da região.

O plano director de infra-estruturas regionais, iniciada pelos líderes da SADC em 2007 e inicialmente prevista para lançamento o ano passado, irá se concentrar em áreas chave como a energia, infra-estrutura de transportes, água, telecomunicações e turismo. □

Um forte apoio para a candidata da SADC liderar a Comissão da UA Impasse nas Eleições para Comissão da União Africana

AS ELEIÇÕES para a escolha do Presidente da União Africana (UA) foram suspensas na recente Cimeira realizada na Etiópia, depois de nenhum dos candidatos ter reunido votos suficientes apesar de várias rodadas de votação.

A candidata endossada pela SADC, Nkosazana Dlamini-Zuma, que é Ministra dos Assuntos Internos da África do Sul e ex-chanceler, estava concorrendo para o posto contra o Presidente da Comissão da UA, Jean Ping, do Gabão, no meio de muita inquietação entre os vários líderes da UA sobre a gestão da Comissão face aos recentes conflitos na Costa do Marfim e na Líbia.

A eleição altamente antecipada terminou em um impasse depois de Ping e Dlamini-Zuma não terem obtido os dois terços dos votos. O impasse forçou o adiamento da votação para a próxima cimeira, que será realizada na África Austral, no Malawi, em Julho.

O impasse também bloqueou a selecção de novos comissários da UA.

O actual Presidente da Comissão da UA vai liderar interinamente o órgão até a próxima Cimeira, mas, de acordo com as regras da UA, Ping não pode mais concorrer para o cargo e os novos candidatos devem agora ser nomeado. Ping não conseguiu garantir dois terços dos votos, mesmo como o único candidato na última ronda e isto é visto como um voto de não confiança. □



Jubileu de Ouro UA marcado para 2013

A UNIÃO Africana vai comemorar o 50º aniversário do nascimento do seu antecessor, a Organização da Unidade Africana (OUA), a 25 de Maio de 2013. A UA vai marcar o Jubileu de Ouro, destacando os ideais do pan-africanismo e as aspirações da África para a paz, democracia, desenvolvimento e unidade. A OUA foi criada a 25 de Maio de 1963 em Addis Abeba por 32 Governos. Foi dissolvida a 09 de Julho de 2002 numa cerimónia na África do Sul, presidida pelo seu último Presidente, o ex-Presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, e substituída pela UA. □



Primeira Cimeira Global Africana da Diáspora

OS LÍDERES da União Africana também concordaram em lançar a primeira Cimeira Mundial da Diáspora Africana a 25 de Maio na África do Sul. A Cimeira deverá estabelecer uma base sólida para relançar a família Africana em todo o mundo para dar um impulso para o renascimento do continente. Os líderes africanos pediram à Comissão da UA para analisar e preparar um documento-quadro sobre a representação da diáspora Africana em estruturas e processos da UA. Eles apelaram os Estados-Membros, parceiros da UA e as comunidades da diáspora em todo o mundo para apoiar a cimeira e sua estratégia de implementação. □

Estratégia para o controle do comércio ilícito de armas ligeiras de pequeno porte

ALTOS FUNCIONÁRIOS da SADC e de outras Comunidades Económicas Regionais (CERs) bem como representantes de organismos regionais estão a preparar um projecto de estratégia para o controle da proliferação e o tráfico ilícito de armas ligeiras de pequeno porte (SALWs) em África, numa altura em que o continente caminha rumo a contenção da violência transfronteiriça.

Proliferação de SALWs em África representa uma grande ameaça para o desenvolvimento do continente.

Armas de pequeno porte incluem espingardas de assalto, pistolas e metralhadoras leves e o abuso generalizado tende a desviar os escassos recursos públicos que seriam usados em sectores chave como a saúde e a educação para despesas relacionadas com o fortalecimento da segurança pública.

O uso descontrolado e o comércio de armas ligeiras de pequeno porte tem efeitos negativos sobre o investimento e o crescimento económico, e causa ferimentos e perda de vidas.

A União Africana (UA) e as CERs reuniram-se em Lome, Togo, no ano passado para desenhar um projecto de estratégia da UA sobre o Controle de Proliferação, Circulação e Tráfico de armas ligeiras de pequeno porte bem como uma Posição Comum de África sobre um Tratado de Comércio de Armas (ATT).

A reunião de Togo aprovou a Estratégia do Projecto e os documentos do ATT e mandou a Comissão da UA para estimular a implementação dessas decisões.

A reunião de acompanhamento realizada em Gaborone, Botswana, em Janeiro,

congregou 18 peritos de alto nível de diversas divisões da SADC, do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), da Comunidade dos Estados do Sahel-Saara (CEN-SAD), da Comunidade dos Estados da África Oriental (EAC), da Comunidade Económica dos Estados Africanos Central (CEEAC), da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS) e da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD).

Eles se juntaram a peritos da Comissão da UA, do Centro Regional das Nações Unidas sobre Armas Ligeiras e de organismos regionais que lidam

com armas ligeiras de pequeno porte.

Os especialistas elaboraram um plano de trabalho para 2012 para o Comité Consultivo Ad-Hoc das divisões regionais da UA sobre SALWs.

Através da estratégia, a UA pretende prevenir, combater e erradicar o tráfico de SALWs de forma integrada e holística em todas as regiões da África.

Para isso, há planos para reforçar o actual Comité Consultivo de SALWs e garantir que o comité atinja gradualmente o estágio de uma comissão permanente, que será designado Comité Permanente

das Divisões Regionais da UA sobre SALWs.

O Comité é responsável por coordenar e facilitar a implementação de acordos continentais contra a proliferação ilícita, circulação e tráfico de SALWs.

A estratégia visa aprofundar a cooperação e reforçar a coordenação a nível regional e continental na implementação de acordos sobre o controle de SALWs.

Isto será alcançado através da troca de informações e experiências, bem como a partilha das melhores práticas.

A SADC é uma das poucas CERs que desenvolveram instrumentos legais que regem a fabricação, venda e uso de armas de fogo.

O Protocolo da SADC sobre o Controle de Armas de Fogo, Munições e Outros Materiais Correlatos de 2001 faz com que a produção ilegal e posse de armas de pequeno porte seja uma ofensa criminal e incentiva os Estados-Membros a introduzirem medidas rigorosas de controle de stocks e transferência de armas.

Em conformidade com os requisitos do Protocolo, os Estados Membros da SADC estabeleceram pontos focais nacionais que são membros da comissão de coordenação regional, sob os auspícios da Organização de Cooperação dos Chefes de Polícia da África Austral (SARPCCO).

A Convenção de 2006 da CEDEAO sobre Armas Ligeiras, Munições e Outros Materiais Correlatos e o Protocolo de Nairobi para a Prevenção, Controle e Redução de Armas Ligeiras e de pequeno porte da Região dos Grandes Lagos e do Corno de África de 2004 são outros acordos sub-regionais para controlar as armas ligeiras de pequeno porte em África. □

O papel da Organização de Cooperação dos Chefes de Polícia da África Austral

A ORGANIZAÇÃO de Cooperação dos Chefes de Polícia da África Austral (SARPCCO) foi criada em 1994 e coordena a implementação do Protocolo da SADC sobre o Controle de Armas de Fogo, Munições e Outros Materiais Correlatos.

Com o seu secretariado, em Harare, Zimbabwe, é uma estrutura filial da SADC e tem um oficial especializado em armas de fogo responsável pela assistência aos Estados-Membros na implementação do protocolo da SADC sobre armas de fogo.

Através da SARPCCO, os Estados-Membros exercem operações transfronteiriças conjuntas de recolha e destruição de armas e munições. As operações já foram realizadas em Angola, Moçambique e mais recentemente na Namíbia.

Cerca de 46.000 armas ligeiras e de pequeno porte e cerca de 25 milhões de cartuchos de munição para armas foram recolhidas e destruídas. Outros Países da SADC, incluindo a África do Sul, efectuam unilateralmente a destruição de armas excedentária, obsoletas e munições ilegais.

A SARPCCO tem ajudado os Estados-Membros a reformar sua legislação sobre as armas de fogo em consonância com as disposições do Protocolo. A este propósito, desenvolveu procedimentos operacionais para a implementação nacional do protocolo em 2008.

Os procedimentos visam padronizar, simplificar e melhorar o processo de controle de armas de fogo e transferência ilícita na África Austral. □

BAD financia conceito de corredor de desenvolvimento

por Joseph Ngwawi

UM ROBUSTO transporte rodoviário é essencial para o desenvolvimento na África Austral, onde o acesso a boas estradas e bons serviços pode fazer diferença entre a prosperidade e pobreza ou mesmo entre a vida e a morte.

A falta de uma boa rede de transporte rodoviário é um dos principais entraves para o comércio intra-regional, com os membros do bloco económico sempre a aparecerem frequentemente destacados uns dos outros devido a uma ligação rodoviária precária.

O transporte rodoviário é o modo dominante de transporte de mercadorias na região da SADC e a procura de um bom serviço está aumentando constantemente. Os esforços para melhorar a infra-estrutura rodoviária em consonância com a crescente demanda têm sido dificultados por um financiamento inadequado na maioria dos Estados-Membros.

Os fundos para as actividades de manutenção de estradas geralmente vêm dos tesouros dos Estados-Membros, alocados em condições normais de gestão orçamental, e muitas vezes competem com outros sectores prioritários sociais, como educação e saúde.

Diante deste cenário, a maioria das estradas nas regiões se deterioraram na última década como as dotações orçamentais para a manutenção de estradas a registarem um declínio em termos reais.

Tomando conhecimento destes factores, os Estados Membros da SADC têm vindo a implementar algumas reformas institucionais no subsector de estradas. O financiamento das estradas é uma das questões mais críticas a serem abordadas com as reformas.

Com o apoio do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), vários Estados Membros



da SADC estão a realizar grandes obras de reabilitação das suas redes de estradas.

Entre eles figuram o Malawi e a República Unida da Tanzânia, que estão concluindo acordos com o BAD para melhorar as infra-estruturas rodoviárias nos dois Países.

De acordo com o Projecto de Apoio a Fase II do Programa do Sector de Estrada, a Tanzânia planeia modernizar 387 km de estradas principais, que consiste principalmente na asfaltagem de parte da estrada de Dodoma, no centro do País, para Babati, e da estrada Tunduru-Mangaka-Mtambaswala, no sul.

O projecto visa melhorar a infra-estrutura de transporte rodoviário para reduzir a manutenção de estradas e o tempo de viagem entre esses centros, e fornecer acesso a mercados maiores e serviços sociais para as comunidades locais.

Empresa brasileira vai construir/ reabilitar linha férrea através do Malawi

O MALAWI assinou um acordo de 1 bilhão de dólares norte-americanos com uma empresa brasileira para a construção e reabilitação de uma linha ferroviária que pode transportar 18 milhões de toneladas de carvão a partir de Moçambique, de acordo com as autoridades do Malawi.

Uma nova linha férrea de 138,5 quilómetros será construída, estendendo-se de Chikhwawa, no sul, até a linha existente em Balaka. A actual linha de 98,6 km, entre Nkaya e Nayuchi, será reabilitada.

"A Vale vai investir cerca de 1 bilhão de dólares no Malawi

Os 225 km da estrada entre Dodoma e Babati fazem parte da Auto Estrada Trans-Africana Cabo - Cairo, no Corredor Norte-Sul, aprovada através de um acordo tripartido da Comunidade dos Estados da África Oriental, SADC e do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA).

Dodoma é a capital política da Tanzânia e a sede do parlamento do País, Bunge.

Os 139 km da rodovia Tunduru-Mangaka é uma secção da estrada do Corredor de Mtwara que parte do porto de Mtwara para Mbaba Bay, no Lago Malawi, enquanto os 800 km da estrada Mtwara-Mbamba Bay é uma infra-estrutura de transporte com ligações transfronteiriças no norte de Moçambique, Malawi e Zâmbia.

A abertura da estrada entre o Porto de Mtwara e a baía de Mbamba tem grande potencial para promover o

desenvolvimento dos recursos naturais no corredor de Mtwara, bem como para a ligação entre o norte de Moçambique e o Malawi para o porto de Mtwara.

O BAD está também a financiar a reabilitação da estrada Nsipe-Liwonde-Magochi, 152 quilómetros, a luz da Fase III do Projecto do Corredor de Nacala que está em negociações com o Malawi.

O projecto será implementado em duas fases, cada uma composta por obras de reabilitação em 76 quilómetros de comprimento.

O projecto visa proporcionar ao Malawi, Zâmbia e o interior de Moçambique, uma ligação melhor do transporte rodoviário até o porto de Nacala.

O mesmo projecto verá a construção de dois postos fronteiriços entre o Malawi e a Zâmbia e entre Malawi e Moçambique a partir do segundo semestre de 2012.

A Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA) concordou, em princípio, para financiar os postos fronteiriços de paragem única, enquanto o Governo do Malawi vai arcar com os 10 por cento dos custos do projecto. □

Sistema ferroviário da Beira voltou aos CFM

MOÇAMBIQUE RECUPEROU o controlo do sistema ferroviário da Beira operado por um consórcio indiano desde 2004. O prazo inicial para a conclusão dos trabalhos de reabilitação da linha era Setembro de 2009, mas a linha não estava em condições de ser usada por comboios de carvão até o final de 2011. O sistema ferroviário da Beira consiste na linha de Machipanda para o Zimbábue, e a linha de Sena às minas de carvão de Moatize de onde se estende para Malawi. AIM □



UA quer um desenvolvimento acelerado de infra-estruturas através do Programa para o Desenvolvimento de Infra-estruturas em África

A UNIÃO Africana resolveu acelerar seu programa de desenvolvimento de infra-estruturas e trabalhar para a criação de uma Área de Comércio Livre em todo o continente em 2017.

A 18ª Cimeira da UA realizada em Adis Abeba, Etiópia, adoptou uma série de acordos sobre questões económicas, políticas e de segurança para o continente.

Estes incluem uma resolução para acelerar o desenvolvimento de infra-estruturas em África, que são consideradas como um dos pilares da agenda de integração económica do continente.

De acordo com a Declaração sobre o Programa para o Desenvolvimento de Infra-estruturas em África, emitida no final da cimeira, os líderes africanos reconheceram "o papel vital das infra-estruturas e serviços relacionados no desenvolvimento político e sócio-económico e integração física do continente", especialmente dado o crescimento populacional e demandas económicas.

Os 54 Estados-membros concordaram em aumentar os financiamentos públicos de infra-estruturas, implementação de projectos de energia importantes, como as centrais hidroeléctricas, refinarias de petróleo e gasodutos, acelerar a construção e modernização de ferrovias e aumentar a capacidade dos portos.

Foi adoptada a declaração de compromisso dos Países africanos para o desenvolvimento de novas fontes de energia renovável e para fornecer energia limpa, confiável e acessível, bem como a energia nuclear para uso pacífico.

O encontro também recomendou o desenvolvimento de redes de banda larga regional e continental e cabos

submarinos para promover a economia digital da África.

Para atingir essas metas, a cimeira apelou às instituições internacionais como a Comissão Económica da ONU para a África, o Banco Africano de Desenvolvimento e o Banco Mundial para apoiar a implementação dos seus projectos e planos.

A declaração refere que as necessidades de infra-estruturas irão consumir cerca de 60 biliões de dólares norte-americanos ao longo dos próximos 10 anos.

Agenda de integração regional da África é actualmente afectada pelo baixo nível de ligação das redes de infra-estruturas e acesso aos serviços de energia e informação.

A Cimeira também reconheceu a importância do comércio intra Africano e a

declaração sublinha que a África vai constituir área de Comércio Livre continental até 2017.

"A Área de Comércio Livre continental (ACL) deve ser operacionalizada na data indicativa de 2017, e um comércio intra Africano melhorado e aprofundado pode contribuir significativamente para o crescimento económico sustentável, geração de emprego, redução da pobreza, atracção do investimento

estrangeiro directo, desenvolvimento industrial e uma melhor integração do continente na economia mundial", indica a declaração. A UA acordou um plano de três etapas para se preparar para o lançamento da ACL.

O primeiro passo é finalizar o acordo tripartido entre a Comunidade dos Estados da África Oriental (EAC), o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) e a SADC até 2014.

A segunda etapa é a instar outros blocos comerciais a seguir a experiência do acordo tripartido e chegar a um acordo paralelo entre 2012 e 2014.

O terceiro passo é consolidar as outras zonas tripartidas de comércio livre para se chegar a iniciativa de ACL entre 2015 e 2016. □



Sede moderna para a União Africana

A UNIÃO Africana inaugurou sua nova e moderna sede em Addis Abeba, Etiópia, composta por três centros de conferências, um heliporto e escritórios para 700 pessoas. Em frente do edifício está uma estátua de bronze do ex-presidente de Ghana, Kwame Nkrumah, que foi um dos fundadores da independência Africana e um líder respeitado do Pan-Africano. Elevando-se acima do horizonte da capital etíope, o prédio de 99,9 metros de altura foi financiado pelo governo chinês a um custo de 200 milhões de dólares norte-americanos. A construção durou três anos durante o qual uma equipe de 1.200 trabalhadores chineses e etíopes trabalharam todos os dias, em turnos, para terminá-lo dentro do cronograma.

O prédio foi inaugurado pelos Chefes de Estado e de Governo presentes na Cimeira, em conjunto com Jia Qinglin, presidente da Conferência Consultiva da Política Popular da China. Ele disse que as trocas comerciais entre a China e os Países africanos atingiu os 150 biliões de dólares norte-americanos em 2011, um aumento de 13 vezes na última década. A nova sede da UA é um símbolo rápida transformação que a China está a efectuar em África, e sugere uma mudança das relações bilaterais, principalmente para reforçar os laços multilaterais, já estabelecidas desde 2000 através do Fórum de Cooperação China África. □

Comércio intra-SADC regista aumento

O **COMÉRCIO** entre os Países da África Austral está a aumentar de forma constante, com o potencial de impacto significativo no desenvolvimento e integração regionais.

No entanto, medidas mais pragmáticas são necessárias caso a região da SADC pretenda aumentar os actuais níveis de comércio intra-regional para alcançar uma integração mais profunda.

Por exemplo, enquanto o comércio entre os Estados-Membros tem vindo a aumentar desde 2000, os números actuais ainda estão muito aquém do comércio regional com o mundo exterior, especialmente com a Europa, Estados Unidos e China.

O Assessor de Política Comercial no Secretariado da SADC, Paul Kalenga, diz que o comércio intra-SADC cresceu em termos absolutos, para cerca de 34 bilhões de dólares norte-americanos em 2009 contra os 13,2 bilhões de dólares em 2000.

Embora os defensores de uma maior cooperação económica na região tendem a elogiar o crescimento do comércio intra-regional, a cifra, como proporção do comércio da SADC total, cresceu apenas 18,5 por cento em 2009, num período de nove anos contados a partir de 2000 altura que tinha crescido em 15,7 por cento.

Para aumentar o comércio intra-regional, Kalenga disse que há necessidade dos Estados-Membros lidarem com as barreiras não tarifárias, bem como outras barreiras comerciais, tais como o congestionamento nos postos de fronteira causados por procedimentos alfandegários e leis de imigração.

Os Países da SADC também devem implementar plenamente a Área de Comércio Livre da SADC (ACL), lançada em 2008. A ACL visa promover o movimento suave de bens e serviços entre os Estados-Membros.

O seu lançamento criou uma população combinada de mais de 240 milhões e um mercado regional no valor de mais

430 bilhões de dólares norte-americanos.

No entanto, poucos progressos foram alcançados até à data, especialmente no processo de implementação. Por exemplo, Angola e a República Democrática do Congo continuam a ter reservas sobre a adesão à ACL, enquanto outros Países que fazem parte do acordo comercial continuam atrás no processo de implementação.



Um relatório do Banco Mundial sobre o comércio diz que "o Malawi, Moçambique, Zâmbia e Zimbábue dependem fortemente da SADC, particularmente para as importações, o abastecimento de mais de 50 por cento das importações e comércio de mais de 20 por cento das exportações para os mercados regionais."

Outros Países da SADC continuam a "manter relações comerciais muito fortes com o resto do mundo."

África do Sul é o centro para os fluxos comerciais regionais, com cerca de 70 por cento das exportações da SADC a serem vendidos para os mercados da União Aduaneira da África Austral (SACU) e mais de 80 por cento das importações da região da SADC a serem provenientes de Países da SACU.

"Muitos Países da SADC exportam uma gama diversificada de produtos para a região da SADC do que o resto do mundo, o que é indicativo da regionalização do comércio da SADC", observa o relatório.

O relatório acrescenta que a adesão da SADC teve mais

impacto no aumento dos fluxos comerciais bilaterais "do que por exemplo os acordos de comércio preferenciais com a União Europeia."

Uma série de acordos comerciais bilaterais existem na região da SADC e são negociados entre Estados Membros da SADC.

As razões para estes acordos comerciais bilaterais incluem o reconhecimento de que os membros poderiam aumentar as

oportunidades bilaterais de comércio e investimento entre si através da cooperação, liberalização de tarifas e reduzindo as diversas barreiras, além de outras tarifas para o comércio e o investimento.

O comércio na região é extraordinariamente concentrado em produtos agrícolas, bem como máquinas, combustíveis e produtos químicos, entre outros insumos. □



Os especialistas acordam calendário para as negociações da Grande ACL

O **FÓRUM** negociação Tripartido do Comércio (TTNF) envolvendo o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), a Comunidade do Estados da África Oriental (EAC) e a SADC, concordou com um calendário e formato de negociações para estabelecer um mercado integrado que abrange 26 Países da África Austral e do leste.

Isto foi adoptado durante a primeira rodada de negociações realizadas em Dezembro de 2011 no Quênia, após o lançamento histórico de negociação com os líderes das três comunidades económicas regionais, em Junho passado.

Foi acordado que o TTNF vai se reunir pelo menos quatro vezes por ano, durante a primeira fase das negociações, com encontros mais frequentes dos grupos técnicos de trabalho nos vários subsectores.

A primeira fase de negociações está prevista para ser concluída dentro de 36 meses (Junho de 2013), e abordará questões como a liberalização das tarifas, regras de origem, a cooperação aduaneira, barreiras não tarifárias, medidas sanitárias e fitossanitárias, barreiras técnicas ao comércio, medidas comerciais reparatórias e solução de controvérsias.

A segunda fase das negociações se concentrará em negociar o comércio de serviços e comércio de questões conexas, incluindo direitos de propriedade intelectual, política de concorrência e desenvolvimento do comércio e da competitividade.

A facilitação do movimento de agentes económicos dentro da região será negociada em paralelo com a primeira fase. □

"Cahora Bassa é nossa!"

Espinha dorsal de energia de Moçambique vai impulsionar o comércio regional de electricidade

O LANÇAMENTO da espinha dorsal de energia de Moçambique poderá fortalecer o comércio regional de electricidade e lidar com a escassez de energia na região, bem como melhorar o acesso à energia em Moçambique.

A SADC enfrenta escassez de energia desde 2006 devido a factores como o baixo investimento em novas infra-estruturas de energia e da fraca interligação de transmissão nos Estados-Membros.

No entanto, com o lançamento da espinha dorsal de energia de Moçambique, a região está pronta para lidar com alguns dos seus desafios uma vez que a interligação irá criar uma rota alternativa para as importações e exportações de energia entre os Países da SADC.

O projecto consiste numa linha dupla de transmissão da província de Tete, centro de Moçambique, para a capital Maputo, sul de Moçambique, e

da rede interligada gerida pelo Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP).

Orçado em mais de 2,5 biliões de dólares norte-americanos, a espinha dorsal visa garantir a disponibilidade de instalações de energia eléctrica integradas e eficientes que podem apoiar a industrialização em Moçambique e na região.

Quando estiver em funcionamento, a energia da barragem de Cahora Bassa, no rio Zambeze, poderá ir directamente para o sul do País, em vez de usar a via África do Sul como acontece actualmente através de um acordo colonial entre Portugal e a África do Sul assinado antes da independência de Moçambique em 1975.



Falando na cerimónia de lançamento, o Presidente moçambicano, Armando Guebuza disse que o projecto daria ao País e à região uma infra-estrutura vital para a transmissão rápida, segura e confiável de electricidade.

Ele disse que a energia de Cahora Bassa estaria disponível ao longo da linha de transmissão, assegurando o verdadeiro significado da frase "Cahora Bassa é nossa!" seria sentida por muitas comunidades moçambicanas.

"Ao assegurar a interligação entre o Centro Norte e Centro Sul de sistemas de energia, a espinha dorsal também vai viabilizar novos projectos de produção de energia eléctrica, utilizando o nosso rico e diversificado potencial", disse ele.

Guebuza disse que o projecto se encaixa bem na visão de Moçambique para a electrificação de todo o País através do desenvolvimento de infra-estrutura de produção e transmissão.

Isto não é apenas uma outra linha de energia, frisou, mas um projecto de transformação social em que a tecnologia é um factor-chave da mudança.

"Este projecto vai quebrar o ciclo vicioso caracterizado pela falta de investimentos intensivos em energia e de falta de electricidade por falta de consumidores intensivos de energia em Moçambique". □

A espinha dorsal de energia vai transportar electricidade produzida em novas centrais hidroeléctricas em Mphanda Nkuwa (1.500 MW) e Cahora Bassa Norte (1.245 MW) para o mercado regional. Ela será composta por uma linha de transmissão de 400 quilowatts de corrente alternada e uma linha de corrente de alta tensão de 800 kW para abastecer as zonas de maior consumo no interior de Moçambique e de ligação com o mercado Sul-Africano. □

Central eléctrica de Batoka vai iluminar a África Austral

O PROJECTO hidroeléctrico de Batoka poderá em breve tornar-se uma realidade uma vez que a Zâmbia e o Zimbabwe estão a intensificar esforços para construir a central de energia, apesar dos desafios ambientais continuarem a ser um factor.

Isto ocorre após o pagamento para a Zâmbia, pelo Zimbabwe, de mais de 70 milhões de dólares norte-americanos, uma quantidade muito excelente da sua contribuição para a construção da central de energia de Kariba Sul.

O pagamento, que estava pendente há mais de duas décadas, vai acabar com o impasse que havia paralisado os trabalhos do projecto de energia de Batoka.

A vida era para o custo partilhado da construção da Barragem de Kariba e das infra-estruturas associadas,

construídas antes da independência do Zimbabwe. Envolveu também o produto da venda de activos da Central de Energia da Corporação Africana (CAPCO), que ambos os Países detêm como membros da Federação da Rodésia e Niassalândia dissolvida em 1963.

A Zâmbia sentia que o Zimbabwe havia beneficiado mais com a venda, enquanto o Zimbabwe argumentava que havia contribuído mais. Após uma série de reuniões ficou acordado que o Zimbabwe deve compensar a Zâmbia.

"A vida total é de 70,8 milhões de dólares norte-americanos, mas há os juros acumulados ao longo dos anos", disse Elton Mangoma, Ministro da Energia do Zimbabwe.

Ele disse que iria reunir com o seu homólogo zambiano para

discutir a construção da central de Batoka.

Localizado entre os dois países, a cerca de 50km a jusante da Victoria Falls (Mosi oa Tunya), a central terá capacidade para produzir até 1.600 megawatts (MW) de electricidade.

Prevê-se que a Zâmbia e o Zimbabwe possam dividir igualmente a energia, mas como os dois países são membros do Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP) grande parte da electricidade também irá alimentar a rede eléctrica regional.

Isto irá permitir que a capacidade instalada na central planeada possa ser realizada através da região da SADC.

Todos os Estados Membros da SADC, com excepção de Angola, Malawi, Tanzânia e nações insulares, estão interligados através do SAPP. □

O ANO DE 2012 foi declarado Ano das Nações Unidas de Energia Sustentável para Todos, ressaltando um compromisso global para aumentar o uso de energia renovável.

Em Dezembro de 2010, a Assembleia Geral da ONU declarou 2012 o Ano Internacional de Energia Sustentável para Todos, reconhecendo que "o acesso a serviços modernos de energia a preços acessíveis nos países em desenvolvimento é essencial para a consecução dos objectivos de desenvolvimento acordados internacionalmente, incluindo os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)".

Resolução 65/151 da Assembleia Geral apelou ao Secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, em consulta com o grupo inter-Agência de Energia das Nações Unidas, para organizar e coordenar as actividades a desenvolver durante o Ano, a fim de "aumentar a consciência da importância de se abordar questões energéticas, incluindo serviços modernos de energia para todos, o acesso à energia a preços acessíveis, a eficiência energética e a sustentabilidade do uso de fontes de energia" a nível local, nacional, regional e internacional.

Em resposta, o Secretário Geral da ONU, Ban Ki-moon, com o apoio da ONU Energia, está liderando uma nova iniciativa global - *Energia sustentável para todos*.

A iniciativa vai envolver Governos, sector privado e parceiros da sociedade civil a nível mundial visando assegurar energia sustentável para todos e atingir três grandes objectivos até 2030:

- Assegurar o acesso universal a serviços energéticos modernos;
- Redução da intensidade energética mundial em 40 por cento, e
- Aumentar o uso de energias renováveis a nível global para 30 por cento.

A designação do Ano Internacional de Energia Sustentável para Todos irá fornecer uma plataforma vital para a sensibilização do desafio e para assegurar os compromissos nacionais no

Elementos-chave da Iniciativa Global

• Grupo de Alto Nível

O Secretário-Geral convocou representantes de alto nível do sector privado, Governos, das Nações Unidas, organizações intergovernamentais e da sociedade civil para desenvolver uma estratégia global e agenda concreta de acção para alcançar os três objectivos. O roteiro será sujeito a consideração na Conferência Rio +20, em Junho de 2012.

- **Acções Nacionais** - O Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento irá prestar apoio às actividades nacionais em defesa de direitos, compromissos e responsabilidade que devem conduzir a acções sobre o acesso à energia universal, eficiência energética e metas de energias renováveis. As actividades nacionais podem incluir a designação de mecanismos nacionais de coordenação para facilitar uma ampla participação das partes interessadas do Governo, sector privado, sociedade civil e parceiros de desenvolvimento; advocacia e diálogo para a formulação de compromissos nacionais e os mecanismos de responsabilização para medir o sucesso.

Contexto de Energia Renovável da SADC

As oportunidades e importância da energia renovável são amplamente reconhecidas na região da SADC. A energia renovável é a energia que é limpa, sustentável e disponível, tal como a eólica, biomassa, solar e hidroeléctrica.

As energias renováveis são abundantes na região, especialmente a energia solar, energia de biomassa e hidroeléctrica, apesar da energia baseada em combustíveis fósseis estar ainda disponível a um custo acessível. Este é o caso da energia baseada no carvão na região.



2012 - Ano das Nações Unidas de Energia Sustentável

O desenvolvimento do quadro político regional harmonizado de energias novas e renováveis foi identificado como um importante passo para concretização do objectivo da SADC de alcançar o equilíbrio entre a satisfação das necessidades de energia da região e garantir a sustentabilidade do meio ambiente.

A SADC está a trabalhar numa Estratégia Regional de Energias Renováveis, que visa promover a captação de energia limpa e garantir que a África Austral tire proveito das inúmeras oportunidades de energias renováveis que existem na região.

De acordo com a Divisão da Direcção de Energia da SADC sobre Infra-estrutura e Serviços, quase todos os Estados Membros da SADC têm políticas de energia em curso, mas apenas três têm até agora políticas de energia renovável. Trata-se da Namíbia, África do Sul e Zâmbia.

Dados da SADC também mostram que apenas as Maurícias, África do Sul e Zâmbia, possuem actualmente estratégias de energia renováveis em curso. As Maurícias são o único Estado-Membro com um Plano Director de Energia Renovável.

Iniciativas regionais na SADC

Os países da África Austral identificaram uma série de projectos de energias renováveis para implementação entre 2020 e 2030.

Estes incluem o projecto de energia de gás de Kudu, na Namíbia, e o projecto de concentração de energia solar da Eskom, na África do Sul.

Outros projectos a serem considerados são o projecto hidroeléctrico de Mphanda Nkuwa, em Moçambique, hidroeléctrica de Itezhi Tezhi, na Zâmbia e, o projecto hidroeléctrico de Inga, na República Democrática do Congo.

O projecto Inga tem um potencial para produzir cerca de 40.000 megawatts (MW) de electricidade, suficiente para atender a grande quantidade de energia necessária actualmente em toda a região da SADC.

Reunidos em Janeiro, em Gaborone, Botswana, no 2º Workshop da SADC sobre a Estratégia de Energia Renovável e Plano de Acção (RESAP), especialistas em energia da região concordaram em aumentar o uso de fontes mais limpas de energia para assegurar o desenvolvimento sócio-económico sustentável.

Foi acordado que o Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP) deverá alcançar um misto de energia renovável na matriz energética regional de pelo menos 32 por cento até 2020 e 35 por cento em 2030.

O SAPP, composto por 12 membros regionais que coordenam o planeamento, produção, transmissão e comercialização de energia eléctrica em nome dos Estados-

Instrum

Angola
Botswana
RDC
Lesotho
Madagáscar
Malawi
Maurícias
Moçambique
Namíbia
Seychelles
África do Sul
Swazilândia
Tanzânia
Tanzânia
Zimbabwe

Fonte: Direcção



ENERGIA SUSTENTÁVEL

Energia Sustentável para Todos

Membros da SADC, actualmente produz cerca de 73 por cento de sua electricidade a partir de centrais térmicas.

A energia hidroeléctrica totaliza apenas 17 por cento da produção total de energia da SADC, enquanto as centrais de energia destilada contribuem com cinco por cento, as centrais nucleares contribuem com quatro por cento para a rede eléctrica regional e as centrais a Gás de Ciclo Combinado (CCGT) contribuem com um por cento para a rede.

As centrais nucleares usam urânio como fonte de combust vel. O urânio é um recurso não renovável que acabará por se esgotar

Oportunidades de Energia Renovável

• Energia solar

Sistemas eléctricos solares e térmicos têm o potencial de longo prazo para fornecer uma parcela significativa das necessidades de energia e electricidade da SADC. Uma pesquisa mostrou que a maioria dos Pa ses da África Austral recebem mais de 2.500 horas de sol por ano. Isso ocorre porque a região da SADC, e na verdade toda a África, tem sol durante todo o ano.



O conhecimento de tecnologia de energia solar é muito difundido na região da SADC, embora o seu uso ainda seja limitado. Sistemas de aquecimento solar da água variam de muito simples e barato até aos sofisticados aquecedores de ar e água de alto desempenho e durabilidade e as caras caldeiras solares.

O potencial da energia solar na região da SADC, no entanto, depende do custo e da melhoria do desempenho de tecnologias solares eléctricas. Com todas as suas vantagens, os sistemas solares não são baratos pois um sistema para uma casa comum na região custa entre os 500 e 1.000 dólares norte-americanos, segundo o Banco Africano de Desenvolvimento.

O uso de esquemas de financiamento inovador, tais como a taxa de serviço é uma forma de superar estes altos custos iniciais. A instalação de painéis solares de energia para várias casas de uma vez também pode reduzir os custos.

• Energia Eólica

Os Estados Membros da SADC estão lentamente voltando à energia eólica para aumentar a produção e atender à demanda crescente de electricidade na região. A energia eólica é considerada como uma das formas mais seguras e limpa de energia que não polui o meio ambiente em comparação com outras formas, como térmica.



A energia eólica intermitente em uma grande rede pode contribuir substancialmente para a produção anual de electricidade sem regime especial para reserva, armazenamento e gestão de carga.

Os parques eólicos são relativamente fáceis de construir - estima-se que é preciso apenas um ano para construir uma central com capacidade de 100 MW.

Produtores independentes de energia na África do Sul planearam pelo menos 400 MW de energia eólica desde 2006, com a maioria das centrais localizadas ao longo da costa oeste tem potencial para produzir cerca de 10.000 MW de electricidade.

Projectos de energia eólica similares estão sendo desenvolvidos em Madagáscar, que vai permitir que ilha tenha a sua energia a partir do vento e reduzir as emissões de dióxido de carbono.

• Biomassa

A maioria das fam lias da região da SADC obtêm a sua energia para cozinhar e aquecer a partir de biomassa.



A energia da biomassa é o combust vel derivado de qualquer organismo vivo, mas tradicionalmente é composto de madeira, carvão, esterco e res duos agr colas. O fornecimento de energia potencial da biomassa incluem res duos sólidos urbanos, res duos industriais e plantações energéticas.

Através do Programa de Conservação de Energia de Biomassa (ProBEC), da SADC, em parceria com a Cooperação Técnica Alemã (GTZ), estão em promoção fogões eficientes de poupança de energia de madeira na região.

O ProBEC promove uma mudança para fontes de energia renováveis através da introdução de biogás, fogões solares e combust veis que pode incluir res duos de culturas. O carvão vegetal é considerado uma forma de lenha. O programa também oferece treinamento para os empresários que fornecem os produtos para o mercado independente do projecto. □

Elementos Renováveis de Energia da SADC

	Política Nacional de Energia	Plano Director de Energia	Política de Energia Renovável (ER)	Estratégia de ER	Plano Director/Plano de Acção de ER	Integração da ER na Electrificação Rural
	✓	✓				✓
	✓					
	✓					
	✓					
	✓	✓		✓	✓	
	✓		✓			✓
	✓	✓	✓	✓		
	✓					✓
	✓	✓	✓	✓		✓
	✓	✓				✓

ção da SADC de Infra-Estrutura e Serviços, Divisão de Energia

Angola tem reservas de petróleo para 50 anos

A DIMENSÃO das reservas petrolíferas de Angola, que já havia sido estimadas em 20 anos, foi revista em alta e agora acredita-se que possam durar outros 50 anos após o início das actividades de exploração neste País da costa do Oceano Atlântico.

Em Dezembro do ano passado, A Empresa Nacional do Petróleo e do Gás de Angola (Sonangol) assinou contratos com empresas petrolíferas para a exploração de 11 blocos de uma zona costeira. Apesar da existência de petróleo estar ainda por ser confirmada na maioria dos

blocos, há já resultados satisfatórios na bacia do Kwanza.

Empresa Petrolífera Britânica BP está optimista sobre as futuras perspectivas de exploração de petróleo em Angola.

"A zona das Bacias de Benguela e Kwanza tem um potencial para aumentar a vida



útil da indústria petrolífera em Angola durante meio século", observou o Director-Executivo da BP, Bob Dudley.

A BP recebeu quatro contratos de exploração dos blocos das bacias.

Angola produziu, em 2010, uma média de 1,9 milhões de barris de petróleo por dia. No entanto, a produção em 2011 caiu para cerca de 1,7 milhões de barris de petróleo por dia. *Angola Hub* □

Namíbia atrai investimentos para o Projecto Kudu

A NAMÍBIA está a finalizar os detalhes de uma garantia de milhões de dólares para a Empresa Nacional de Energia (NamPower) e a principal empresa de petróleo (Namcor), que estão envolvidas no desenvolvimento do Projecto de Gás de Kudu avaliado em 7 biliões de dólares namibianos (cerca de 876 milhões dólares Norte-Americanos).

As duas empresas são os maiores accionistas da Namíbia no projecto de Gás de Kudu, cujas licenças mudaram de mão

várias vezes desde a sua descoberta em 1974.

Ministro da Energia e Minas, Isak Katali, disse que a garantia destina-se a atrair parceiros para a operação a montante do projecto, cuja ausência constitui o maior impedimento para os progressos.

"O governo está preparando uma garantia para o projecto e as discussões estão em curso", disse ele.

A procura de parceiros foi parcialmente prejudicada pela retirada, o ano passado, da empresa de russa de Gás

(Gazprom), que já tinha manifestado interesse no projecto em 2009.

Quando totalmente operacional, a fábrica deverá produzir cerca de 800 megawatts, o que constituirá um longo percurso para alguns dos desafios energéticos que o País enfrenta.

Actualmente, mais de 50 por cento da electricidade consumida na Namíbia é importada de Angola, RDC, Moçambique, África do Sul, Zâmbia e Zimbábue. *New Era* □

Maurícias espera um grande investimento em 2012

AS MAURÍCIAS vão fomentar o investimento directo estrangeiro e a promoção das exportações, em 2012, para que a economia possa crescer mais quatro por cento este ano.

O Ministro das Finanças, Xavier Luc Duval, disse durante a apresentação do orçamento de 2012 que os gastos do Governo durante o próximo ano financeiro serão concentrados em actividades que visam estimular o investimento, promoção de exportações, desenvolvimento do mercado e a abertura da economia.

Ele disse que "o maior foco será para campanhas promocionais" orientadas para a Índia, China e África.

Outras iniciativas incluem a proposta de criação de um Grupo de Trabalho para uma parceria conjunta de negócios público-privada que vai definir medidas destinadas a eliminação dos obstáculos ao investimento e exportações. □

Projecto ferroviário da Suazilândia vai impulsionar o comércio regional



A SUAZILÂNDIA está a preparar-se para tirar proveitos sócio económicos do desenvolvimento de uma linha ferroviária de 146 quilómetros (km) que vai ligar o País e a vizinha África do Sul.

"A Transnet e os Caminhos de Ferro da Suazilândia concordaram em desenvolver conjuntamente uma linha de 146 km a partir de Lotário, em Mpumalanga, para Sidvokodvo, na Suazilândia, bem como a modernização das redes ferroviárias adjacentes na

África do Sul", disse o Director-Executivo da Transnet, Brian Molefe, acrescentando que a linha "vai fornecer um impulso económico sem precedentes para a região."

Ele disse que a linha irá funcionar como uma rota de transporte de carvão e vai permitir que os comboios de mercadorias até 200 vagões de comprimento possam atravessar a fronteira. A linha férrea é via de transporte mais barata e melhor que a rodoviária.

Ele disse que é preferível que o carvão seja transportado pelas linhas férreas, do que em camiões, por ser rentável para os minerais não transformados e produtos a granel.

A nova linha também irá lidar com volumes de mercadorias gerais separados a partir do carvão, e irá adicionar uma nova capacidade de transporte ferroviário de 15 milhões de toneladas para a região. *AllAfrica.com* □

Serviços essenciais de apoio a agricultura fomentam a segurança alimentar

por Kizito Sikuka

ESPECIALISTAS AGRÍCOLAS dos Países em desenvolvimento da África, Caraíbas e Pacífico (ACP) apelaram aos seus Governos para fortalecer os serviços de extensão para alcançar a segurança alimentar e promover o desenvolvimento rural.

Participando numa conferência internacional sobre inovações nos serviços de extensão e consultoria, realizados no Quênia, eles disseram que é possível efectuar uma provisão sustentável de alimentos caso as políticas relativas aos serviços de extensão agrícola sejam totalmente promulgadas e implementadas.

O apoio adequado aos serviços de extensão permitiria que os agricultores tentassem novas culturas ou empresas de gado bem como determinar práticas de produção mais adequadas no abastecimento de mercados específicos ou na expansão de empresas a nível comunitário ou nacional.

O Ministro-adjunto da Agricultura do Quênia, Kareke Mbiuki, disse que a relação entre os agricultores e a extensão precisa de ser melhorada, acrescentando que a maioria dos Países está a fazer esforços para satisfazer às necessidades dos seus agricultores.

Ele disse que em África esta relação é de cerca de um extensionista para cada 4.000 agricultores. Esta cifra tem estado a reduzir cada vez mais devido ao êxodo do pessoal qualificado por causa dos baixos salários aplicados no sector público.

A Secretária Permanente da Agricultura de Antígua e Barbados, nas Caraíbas, Zane Peters, apelou as partes interessadas para trabalharem conjuntamente de forma a suprir a crise no domínio da extensão e consultoria.

Ela disse que apesar dos Governos nacionais terem a responsabilidade integral de assegurar que haja um ambiente

propício para o desenvolvimento e melhoria dos serviços de extensão, eles não podem resolver todos os desafios da indústria de extensão.

"As parcerias são importantes", acrescentou. "O sector privado e público devem trabalhar juntos para melhorar os serviços de extensão agrícola."

O Director do Centro Técnico de Cooperação Agrícola e Rural (CTA), em Bruxelas, Michael Hailu, disse que as regiões da ACP tem uma vasta quantidade de recursos naturais para se tornar actores globais do sector agrícola, mas este é muitas vezes prejudicado pelas fracas políticas agrícolas.

Ele disse que para as regiões aumentarem a segurança alimentar é necessário equipar os agricultores, bem como assegurar que os agricultores tenham acesso a conhecimentos, tecnologias e financiamentos necessários para aumentar a produtividade.

"Não haverá nenhum desenvolvimento de novas tecnologias ou de um ambiente e clima amigáveis caso os agricultores não sejam consultados e os resultados não sejam amplamente divulgados e praticados", disse ele.

O Director Executivo do Fórum para a Investigação Agrícola em África (FARA), Monty Jones, exortando aos governos nacionais para reverem as suas políticas e estratégias de serviços de extensão, disse uma abordagem "professor-aluno" tem sido frequentemente adoptada onde o extensionista "alimenta" os agricultores com informações, mas isso não vai funcionar.

"Todo o processo deve ser abrangente para que os extensionistas e os agricultores interajam".

Sobre a igualdade de género e empoderamento, a Presidente da Fundação Mulheres no Desenvolvimento da Agricultura da Papua Nova Guiné, Maria

Linibi, disse que deve ser prestada uma atenção especial às mulheres por constituírem a maioria dos agricultores.

Ela disse que as mulheres são frequentemente marginalizadas pelos serviços de extensão, porque muitos são analfabetas e porque algumas culturas tendem a impedir as mulheres de melhorar suas habilidades.

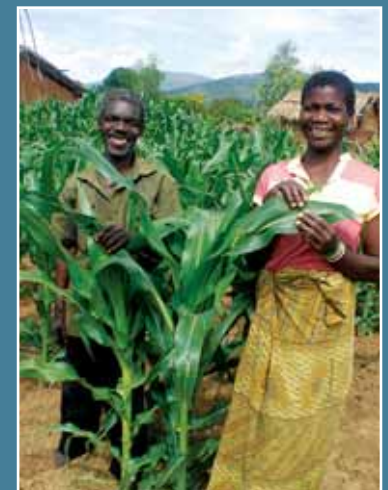
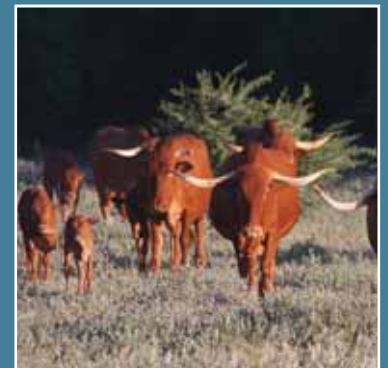
A outra questão importante levantada na conferência foi a necessidade de harmonizar os serviços de extensão rural e consultoria.

No que diz respeito à transferência de pesquisa de informações, uma especialista em comunicações da União de Agricultores do Malawi, Catherine Mloza-Banda, disse numa entrevista que se os governos desenvolverem um conceito de apreciação dos sistemas de inovação agrícola, isso ajudaria o fluxo de informações entre os agricultores, agentes de pesquisa e outros.

Por exemplo, a rádio comunitária pode ajudar na divulgação da informação aos agricultores, bem como facilitar o intercâmbio de informações com pesquisadores, especialistas, comerciantes agrícolas e os decisores políticos.

A rádio cria uma plataforma que pode servir a todos, dando aos extensionistas a oportunidade para enviar informações e também para receberem reacções sobre as diversas tecnologias que estão sendo transmitidas para o agricultor.

Um investimento em novas tecnologias, como os telefones celulares, oferece aos agricultores uma oportunidade de acesso oportuno e conveniente ao mercado e informações técnicas directamente do mercado, incentivando a interacção directa entre os agricultores e os compradores. □





SADC responde a ameaça de inundações

A ÁFRICA Austral activou os seus planos de contingência para conter e mitigar o impacto das inundações causadas por chuvas fortes que atingiram várias partes da região, como já tinha sido previsto pelo Centro Regional do Clima da SADC.

As fortes chuvas que começaram em Dezembro de 2011 e continuaram até Janeiro de 2012, causaram inundações em algumas partes da região, ceifando vidas e destruindo propriedades e infra-estruturas. Os Países mais atingidos são os da Bacia do Rio Zambeze e também Lesoto, Madagáscar e África do Sul.

Especialistas em meteorologia da SADC previam a queda de chuvas normais com tendência para acima do normal para a maioria da região de Janeiro a Março 2012, causadas principalmente pelos efeitos persistentes do fenómeno La Niña 2011. Esta é a condição oposta ao fenómeno El Niño, resultante do aquecimento das águas no Oceano Pacífico ocidental cujos impactos sobre o clima ao longo de um quarto da superfície da Terra são manifestados em forma de seca na África Austral.

De acordo com o Centro Regional do Clima da SADC, a convergência da estação de ventos na bacia do Congo desde a última semana de Dezembro de 2011, e a interacção entre os sistemas de baixas pressões tropicais em todo o sul e sudeste da África, contribuíram para a subida das chuvas nos Países da SADC.

"Assim, havia maior probabilidade de chuvas fortes ao longo do sul da RDC, nordeste de Angola, a metade oriental da Namíbia, Botswana, África do Sul, região central da Tanzânia e Zimbábue", afirmou o Centro.

Este prognóstico foi também avançado pelo Sistema de Aviso Prévio contra Fome (FEWSNET), que alertou para a ocorrência de chuvas fortes em

todo a África Austral, durante o período de Janeiro a Março. As chuvas mais fortes (mais de 150 mm) estavam previstas para o sul da Zâmbia, norte do Zimbábue, sul do Malawi, Moçambique e Madagáscar oriental, de acordo com FEWSNET.

"Em Moçambique, o nível combinado de subida do rio Zambeze, devido às descargas das barragens de Kariba, Cahora Bassa e das chuvas previstas sobre o norte do Paí



aumentaram os receios de inundações ao longo dos locais a jusante", disse FEWSNET.

A região foi atingida por fortes chuvas causadas por uma depressão tropical que atingiu Moçambique em Janeiro, altura em que duas tempestades poderosas, Ciclone Tropical Funso e Depressão Tropical Dando causaram inundações nas regiões costeiras.

As autoridades dizem que as inundações dos dois sistemas de tempestades causaram a morte de pelo menos 40 pessoas e desalojaram milhares. A Principal rodovia entre a capital, Maputo, e partes do norte do País foi cortada, aumentando os temores de escassez de alimentos nas áreas afectadas.

Dados actualizados pelo Governo do número de pessoas directamente afectadas pelas chuvas torrenciais, ventos fortes e inundações causadas pelos dois sistemas de tempestades

situou-se 119.000, de acordo com a Agência de Informação de Moçambique (AIM).

Moçambique começou a descarregar a água da barragem de Cahora Bassa, no rio Zambeze, no ano passado, tendo as pessoas que vivem ao longo do baixo Zambeze e nas Bacias do Buzi, Save e Pungué sido reassentadas.

As autoridades locais realizaram exercícios de simulação de inundação em Novembro de 2011 para preparar

desastres estão a monitorar de perto os níveis de água no rio Zambeze.

A Unidade de Gestão e Redução de Desastres da Zâmbia (DMMUZ) também preparou um plano de contingência para ajudar cerca de 370.000 pessoas susceptíveis de serem afectadas pela chuva e perigos de seca, depois de avaliações apontando que o nível de água do Zambeze foi maior que o registado no ano passado.

"Tivemos três temporadas de chuvas e o solo está saturado de água, tornando-o mais propenso a inundações", disse o Coordenador Nacional da DMMUZ, Dominicano Mulenga.

A Namíbia preposicionou produtos essenciais e meios de ajuda como parte dos seus planos de contingência, especialmente na região de Caprivi, que é propensa a inundações.

Relativamente a África do Sul, o País foi forçado a fechar temporariamente o Kruger Parque depois de inundações que atingiu a região no início deste ano.

As fortes chuvas que atingiram a parte norte do País em Janeiro, causaram fluxos no parque nacional inundando e arrasando várias pontes. Em Janeiro, funcionários do parque foram forçados a evacuar 60 turistas que estavam retidos em unidades de safari.

O Secretariado da SADC, disse que há planos em curso para o estabelecimento de uma melhor comunicação e sistema de aviso prévio para a região.

O Secretário Executivo da SADC, Tomás Salomão, disse que é importante para os Países a montante e a jusante dos principais rios da região trocarem informações a fim de planear uma acção conjunta, tal como acordado no Protocolo Revisto da SADC sobre os Recursos Humanos Partilhados. □



SADC espera eleições em quatro países

por Joseph Ngwawi

PELO MENOS uma eleição nacional é esperada na África Austral este ano, havendo três outros casos com situações pendentes.

Estimulado por uma atmosfera de relativa paz e estabilidade política que obteve na região para nos últimos anos, a SADC aguarda este ano eleições em Angola e, possivelmente, no Lesotho, Madagáscar e Zimbábue.

O Presidente José Eduardo dos Santos anunciou no discurso televisivo do Dia de Ano Novo que Angola vai realizar eleições para escolher os novos membros do Parlamento (MPs) até o final de Agosto de 2012.

Esta é a primeira vez que Angola terá eleições desde a adopção de uma nova Constituição em 2009, a luz da qual o Presidente é eleito pelo Parlamento a partir do maior partido Assembleia Nacional, um método similar ao sistema Sul-Africano. De acordo com uma nova carta Governamental, o poder do Presidente agora será limitado a dois mandatos.

Dos Santos disse que as eleições serão realizadas dentro dos primeiros oito meses de 2012 e assegurou aos angolanos que "os mecanismos legais estão sendo criados para que estas eleições sejam bem organizadas, transparentes e justas".

"Cabe a todos, os cidadãos eleitores em particular, (assumir) a grande responsabilidade de fazer a escolha certa para garantir a continuidade da construção de uma Angola de paz, democracia e desenvolvimento", disse ele.

O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), liderado por dos Santos ganhou uma guerra civil de 27 anos contra o ex-grupo rebelde, a União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita), e depois esmagou a oposição nas eleições de 2008 em que obteve 82 por cento dos votos válidos.

Eleições no Lesotho, Madagáscar e Zimbábue estão sujeitas a uma conclusão bem sucedida dos processos em curso para resolver disputas

entre os principais actores políticos nos respectivos Países.

No caso do Lesotho, um diálogo político mediado pela SADC foi concluído em Abril de 2011, abrindo caminho para as eleições, possivelmente, ainda este ano.

Uma insatisfação Pós-eleitoral no Lesotho surgiu após as eleições de 2007 com o principal partido da oposição a recusar aceitar os resultados. Uma equipe de negociação envolvendo chefes das igrejas do Lesotho e facilitadores do Órgão da tripla da SADC foi criada pelos líderes da África Austral para resolver a situação.

As eleições gerais do Zimbábue dependem da conclusão bem sucedida de um processo contínuo para elaboração de uma nova Constituição, que deverá depois ser submetida a um referendo nacional.

O Presidente Robert Mugabe manifestou preocupação com a lentidão do processo de elaboração da constituição, mas manifestou a sua determinação de ter o referendo e as eleições subsequentes realizadas este ano.

Esforços de mediação liderados pela SADC em Madagáscar resultaram num acordo entre líderes locais em estabelecer um Governo de transição para dirigir o País até que novas eleições sejam realizadas este ano. No entanto, a implementação deste acordo continua a ser um desafio.

Madagáscar caiu numa crise política em Março de 2009, após o líder da oposição, Andry Rajoelina, ter tomado o poder de Ravalomanana, numa manifestação pública apoiado pelos militares, usando a mesma forma que Ravalomanana havia tomado o poder, poucos anos antes. sardc.net □



Uma mulher depositando o seu voto

Tensões na RDC provocam temores de instabilidade

A **INSTABILIDADE** pós-eleitoral na República Democrática do Congo (RDC) está causando preocupação na região.

As eleições presidenciais bastante disputadas em Novembro foram ganhas pelo Presidente Joseph Kabila. Kabila, 40 anos de idade, ganhou um segundo mandato com 49 por cento dos votos contra 32 por cento do seu mais próximo rival, Etienne Tshisekedi, da União para a Democracia e Partido do Progresso Social (UDPS).

Tshisekedi contestou os resultados, alegando que as eleições foram marcadas por inúmeras irregularidades. No

entanto, o Tribunal Supremo do País confirmou os resultados das eleições em 15 de Dezembro, dizendo que o presidente em exercício ganhou 48,95 por cento dos votos contra 32,33 por cento do seu adversário.

O Tshisekedi, 79 anos de idade, autoproclamou-se líder democraticamente eleito da RDC e prestou juramento controverso durante uma cerimónia realizada na sua casa a 24 de Dezembro, quatro dias depois de Kabila ter sido empossado pelo Tribunal Supremo do País.

Após a sua investidura, Kabila, prometeu salvaguardar a unidade nacional e promover

a paz e a segurança no País e na região.

Tshisekedi, pouco tempo depois, convocou protestos em massa e apelou as forças de segurança congoleesas para reconhecê-lo como presidente eleito.

O veterano líder da oposição, um ex-primeiro ministro do regime do ditador Mobutu Sese Seko, não tem milícia própria, mas o anúncio dos resultados em Dezembro provocou violência nas ruas de Kinshasa. Centenas de cidadãos da RDC fugiram de suas casas e buscaram refúgio em Países vizinhos, após o aumento das tensões em Dezembro. □



SADC responde à ameaça da pirataria marítima

A **ÁFRICA** Austral reforçou a segurança nas suas áreas costeiras numa altura em que a onda de pirataria marítima caminha para o sul e ameaça comércio ao longo do Canal de Moçambique.

Tomando em conta que os piratas somalis têm estado a actuar no sul do Oceano Índico, onde têm atacado ou apreendido navios comerciais desde 2005, A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) está a adoptar medidas para enfrentar o crescente problema que afecta a indústria de transporte marítimo ao longo dos últimos anos.

A captura de um "navio mãe" de piratas somalis no norte de Madagáscar, no ano passado, destacou a crescente ameaça da pirataria no Canal de Moçambique e as suas implicações para a paz e a segurança, bem como para o comércio na SADC.

Localizado entre Madagáscar, a leste, e Moçambique, a oeste, o Canal de Moçambique constitui uma importante rota comercial da África Austral e do Sul do Atlântico para o Oceano Índico.

O Canal é uma rota estratégica para o comércio da SADC, transportando mais de metade das exportações de mercadorias e importações da região.

Como resultado do grande volume de bens da SADC que passam através dos 2.400 quilómetros do Canal, a ameaça imposta pelos piratas somalis quando se deslocam para o sul em busca de presas fáceis, constitui uma grande preocupação para a região.

A SADC está a se tornar numa alternativa atraente para os piratas uma vez que eles tentam evitar ser detectados pelas forças internacionais contra a pirataria que agora controlam o Corno de África e o Golfo de Aden.

Pelo menos seis navios registados ou pertencentes a pa ses da SADC foram atacados ou apreendidos por piratas somalis desde 2007. Estes incluem dois navios Tanzânia, FV Mavuno 1 e 2, capturado em Maio de 2007 e um iate das Seychelles, Serenity VM, apreendido em Fevereiro de 2009.

Os sequestros intensificaram em 2010, quando pelo menos três navios da SADC foram atacados, nomeadamente o MV Barakaale 1, da Tanzânia, o SY Choizil, da África do Sul, e o FV Vega 5 de Moçambique.

Várias outras embarcações estrangeiras também foram sequestradas nos últimos anos na África Austral nas águas de Madagáscar, Maurícias e Seychelles.

Isso levou os pa ses da SADC a aprofundar a cooperação na área da segurança marítima. Os Pa ses da SADC têm se engajado em esforços bilaterais e multilaterais de combate à

pirataria para aumentar a segurança no Canal de Moçambique, tendo o mais recente movimento sido o Memorando de Entendimento (MOU) assinado pela África do Sul e Moçambique no final de 2011.

Há planos para estender o acordo para um Memorando de Entendimento trilateral que inclui a Tanzânia, no quadro de um movimento destinado a impedir a expansão das operações dos piratas somalis para o sul.

A África do Sul reagiu à ameaça contra os navios da SADC através do envio de uma fragata com um helicóptero e aviões de patrulha marítima para cortar as tentativas dos piratas em dominar o Canal.

A Ministra Sul-Africana de Defesa e Veteranos Militares, Lindiwe Sisulu, disse em numa recente reunião da SADC sobre estratégia regional anti-pirataria que o tempo agora era de preparar a região para combater a pirataria.

"Não há dúvida de que a questão da pirataria está começando a ser um problema sério para nós. Se os piratas moverem-se para as nossas rotas, isso irá causar prejuízos para muitas economias", disse.

"Nós acreditamos que todos nós compartilhamos dessa vulnerabilidade, uma vez que a pirataria está agora nas nossas águas. Já que as zonas costeiras da SADC não se enquadram dentro das áreas de patrulha da força internacional anti-pirata, a SADC vai ter que assumir a responsabilidade pela sua própria segurança marítima". sardc.net □

Troika apela à implementação do roteiro de paz para o Madagáscar

O **COMITÉ** Ministerial do Órgão (MCO) de Cooperação Política, Defesa e Segurança (MCO) da SADC apelou às partes envolvidas no conflito em Madagáscar para encontrar urgentemente uma abordagem consensual para a implementação do roteiro que facilita o regresso à ordem constitucional na ilha do Oceano Índico.

A reunião ministerial da troika, realizada em Pretória, com a participação da África do Sul, Zâmbia e da República Unida da Tanzânia, bem como o Secretariado da SADC, destacou que, apesar de ter havido progressos na implementação do roteiro, ainda prevalecem alguns desafios críticos por resolver.

O comité enfatizou a necessidade de evitar



a aplicação selectiva do roteiro.

"Portanto, as partes interessadas malgaxes são instadas a acelerar o processo de implementação de todos os outros artigos pendentes do Roteiro especialmente aqueles relacionadas com as medidas de confiança", disseram os ministros num comunicado emitido no final da reunião.

Os ministros apelaram para se priorizar imediatamente a

promulgação da legislação de amnistia até 29 de Fevereiro 2012, de forma a facilitar a implementação de questões pendentes, conforme acordado no âmbito do roteiro.

O Comité também criticou a decisão unilateral do ex-Presidente de Madagáscar, Marc Ravalomanana, do retorno a ilha a 21 de Janeiro, descrevendo a decisão como um grande revés para o processo de paz no País. □

Diário de Eventos Fevereiro – Abril 2012



ÁFRICA AUSTRAL HOJE
SADC HOJE Vol 14 No 2 Fevereiro 2012

É produzido como uma fonte de referência das actividades e oportunidades na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, e um guia para os responsáveis pela elaboração de políticas a todos os níveis de desenvolvimento nacional e regional.

Comunidade para o desenvolvimento da África Austral
Secretariado da SADC, SADC House,
Private Bag 0095, Gaborone, Botswana
Tel +267 395 1863 Fax +267 397 2848/318 1070
E-mail registry@sadc.int Website www.sadc.int

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado seis vezes por ano pelo Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) para o Secretariado da SADC em Gaborone, Botswana, como uma fonte credível de conhecimento sobre o desenvolvimento regional. Os artigos podem ser reproduzidos livremente pelos órgãos de comunicação social e outras entidades, citando devidamente a fonte.

EDITOR
Munetsi Madakufamba

COMITÉ EDITORIAL
Joseph Ngwawi, Kizito Sikuka, Eglina Tauya, Admire Ndhlovu, Stalin Tazvitya, Phyllis Johnson, Ndiyavhonga Ndou, Tanyaradzwa Chiwara, Danai Majaha.

ONSELHO EDITORIAL
Chefe da Unidade de Comunicação da SADC
Leefa Penehupifo Martin

TRADUTOR
Bonifácio António

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é apoiado pelo Ministério Norueguês dos Negócios Estrangeiros, em apoio ao Grupo Temático dos Parceiros Internacionais de Cooperação no Sector de Energia da SADC, que é presidido pela Noruega.

© SADC, SARDC, 2012

ÁFRICA AUSTRAL HOJE acolhe as contribuições individuais e de organizações dentro da região da SADC em forma de artigos, fotografias, artigos noticiosos e comentários, e também artigos relevantes de fora da região. Os editores reservam-se o direito de seleccionar ou rejeitar artigos, e editar para se ajustar ao espaço disponível. O conteúdo não reflecte necessariamente o posicionamento oficial ou opiniões da SADC ou SARDC.

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado em Inglês, Português e Francês, e está disponível num formato digital no Portal de Internet www.sardc.net. Conhecimento para o Desenvolvimento, ligado a www.sadc.int


COMPOSIÇÃO & MAQUETIZAÇÃO
Tonely Ngwenya

FOTOS E ILUSTRAÇÕES
P1, p5 chinabuzz.net, mugabe.com,
adamscolleges.co.za, used farm-machinery, panoramio.com, science20.com, aaances-torsnc.com; p2 mzz.gov.si;
p4 expogr.com, panoramio.com; p6 agriculturesource.com;
p7 Hydroelectrica de Cahora Basa; p9 greenprophet.com;
p10 rudijeggle.co.za, infrastructure.com, p 11 theuns botha, whybiotec.com,
globalfoodforthought.com, caadp.net;
p12 lightstalkers.org, technoscene.co.za, en.trend.az; p14 cedarberg-travel.com, boatdesign.net; p16 jucyafrica.com, sahistory.org.za, anc.org.za

Subscriva Hoje
ÁFRICA AUSTRAL HOJE está disponível através de uma taxa de subscrição anual para seis meses: 55 dólares para fora de África, incluindo o envio; 40 dólares nas restantes partes de África; e 30 dólares na África Austral. A subscrição permite receber a publicação via aérea ou por e-mail. Para mais detalhes, contacte o Editor.

A correspondência para esta publicação deve ser dirigida ao

Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral
15 Downie Avenue, Belgravia, Box 5690,
Harare, Zimbabwe
Tel +263 4 791 141/791 143 Fax +263 4 791 271
E-mail sadctoday@sardc.net
www.sardc.net Conhecimento para o Desenvolvimento



SARDC
Southern African Research and Documentation Centre



www.sardc.net
Knowledge for Development

Fevereiro 6 – 9, Quénia	Pontes em África A conferência irá debater os desafios e oportunidades na concepção, construção e manutenção de pontes em África.
12-17, Zâmbia	38ª Reunião do SAPP O encontro vai rever a situação de energia na África Austral. O SAPP é composto por 12 empresas de electricidade na região da SADC.
21-23, África do Sul	Conferência de Energia Indaba em África A conferência anual visa explorar formas para a África aproveitar os seus enormes recursos energéticos para alcançar a auto-suficiência energética.
20-22, Quénia	Fórum Ministerial Global do Ambiente "Economia Verde, Governação Ambiental Internacional e Questões Emergentes" é o tema do fórum, que vai discutir acções para a comunidade global enfrentar as mudanças climáticas. O UNEP vai lançar o Resumo do GEO-5 para os responsáveis pela tomada de decisão.
Por confirmar, Angola	Conselho de Ministros da SADC Os Ministros dos Estados Membros da SADC, representando os ministérios das Relações Exteriores, desenvolvimento económico, planeamento ou finanças reúnem-se duas vezes por ano no Conselho para a supervisão e acompanhamento do funcionamento e desenvolvimento da SADC e assegurar que as políticas sejam devidamente aplicadas, bem como fazer recomendações para a Cimeira.
Março 5 – 10, Quénia	Fórum Regional sobre Ciência, Tecnologia e Inovação em África O fórum irá deliberar sobre os desenvolvimentos da ciência e da tecnologia para promover desenvolvimento sócio-económico em África.
8, Global	Dia Internacional da Mulher Esta é uma ocasião para reflectir sobre os progressos realizados até agora na promoção dos direitos das mulheres, para o apelo a mudança e celebrar actos de coragem e determinação de mulheres comuns que contribuíram para o desenvolvimento da igualdade e equidade.
19 – 23, Malawi	27ª Reunião Anual do SQUAM SADC A reunião visa assegurar a garantia de padrões de qualidade e credibilidade da meteorologia (SQUAM) para os Países da SADC.
22 – 23, Londres	Cimeira Global de Energia A cimeira permitirá que as partes interessadas possam traçar estratégias para garantir que o abastecimento de energia satisfaça a procura
22 – 27, Etiópia	Conferência de Ministros da Economia e Finanças da UA Vai decorrer sob o lema "Desencadeando o potencial de África como Pólo de Crescimento Global" e vai analisar formas de impulsionar o desempenho económico de África.
Abril 3-4, Ghana	Fórum de Investimento em África O fórum vai discutir como a África pode atrair fluxos de investimento para o continente.
27-28, África do Sul	Energia Eólica Mundial em África A reunião vai deliberar sobre a necessidade de aumentar a captação de energia eólica, que é uma fonte limpa de energia em comparação com o carvão.

100 Anos

1912-2012

Congresso Nacional Africano da África do Sul

O CENTENÁRIO do Congresso Nacional Africano (ANC) da África do Sul a 8 de Janeiro marcou uma grande conquista para o mais antigo movimento nacionalista negro de libertação da África Austral.

Os líderes tradicionais, representantes do povo e organizações religiosas e indivíduos proeminentes reuniram-se em Bloemfontein a 08 de Janeiro de 1912 e formaram o Congresso Nacional dos Nativos da África do Sul (SANNC), com o principal objectivo de defender os direitos de todos os africanos. Ele foi renomeado para Congresso Nacional Africano em 1923.

O primeiro presidente foi o Reverendo John Langalibalele Dube, um estudioso que uma vez descrito como "um grande, se não o maior homem negro da época missionária na África do Sul". Outros membros do comité executivo foram primeiro autor e jornalista Salomão Plaatje como secretário, advogado Pixley ka Isaka Seme como tesoureiro, Mapikela Thomas como porta-voz e o advogado George Montsioa como secretário de gravação.

A formação do ANC acendeu a chama da resistência organizada à dominação colonial branca e legislação racista na África Austral. Desde o seu humilde início na igreja de Waaihoek, em Bloemfontein (agora Mangaung), o ANC lutou e cresceu, principalmente nos últimos anos através da Carta da Liberdade de 1955 e da decisão da Liga da Juventude para estabelecer um braço armado, o Umkhonto we Sizwe (Lança da Nação), em 1962.

Mais de 100.000 pessoas, incluindo dezenas de dignitários internacionais, participaram nas comemorações do centenário do ANC em Mangaung em Janeiro de 2012. As comemorações incluíram uma cerimónia tradicional, um torneio de golfe, concertos e um jantar de gala.

No entanto, não foi a festa que fez a comemoração do aniversário ser o ponto alto, mas o significado do evento para a África em geral e para África Austral em particular.

Foi, de fato, o início da solidariedade política na África Austral como evidenciado pela presença de vários líderes tradicionais dos países vizinhos durante a formação histórica do ANC há 100 anos.

Os delegados em 1912 incluíram estimados líderes tradicionais, como Lewanika, o Rei Paramount do povo Lozi da Zâmbia; Rei Letsie II do Lesoto; regente real Labotsibeni Mdluli da Suazilândia, e Seretse Khama I do Botswana.

Na comemoração de 100 anos mais tarde, o presidente do ANC Jacob Zuma prestou homenagem aos países e pessoas que apoiaram o ANC durante o período até ao do apartheid.

Zuma agradeceu especialmente os Estados Membros da SADC Angola, Botswana, Lesoto, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe pelo apoio prestado ao ANC durante a sua luta contra o apartheid que culminou com as primeiras eleições democráticas e um governo do ANC, em Abril de 1994.

Ele também prestou homenagem à assistência que o ANC recebeu de outros países africanos como a Argélia, Benin, Etiópia, Guiné, Nigéria e Uganda, bem como o apoio material e logístico da Organização da Unidade Africana (OUA), através do Comité de Libertação baseado em Dar es Salaam, e de Cuba, da União Soviética, Noruega, Suécia, Finlândia, Dinamarca e do Movimento internacional Anti-Apartheid. *sardc.net*



O PRESIDENTE Zuma acende a chama do centenário do ANC em Mangaung a 8 de Janeiro de 2012. Outros recentes líderes do ANC foram o Chefe Albert Luthuli, OR Tambo, Nelson Mandela e Thabo Mbeki. A 16 de Dezembro deste ano, passaram 50 anos desde que Umkhonto we Sizwe (MK) foi lançado como o braço armado do ANC. Isto seguiu-se ao massacre de Sharpeville, em 1960, e o banimento das actividades do ANC pelo regime do apartheid. Tinha chegado o momento de repensar a abordagem e de transformar a "resistência passiva" em "luta armada".

FERIADOS PÚBLICOS NA SADC

Fevereiro - Abril 2012

1 Fevereiro	Dia da abolição da escravatura	Maurícias
3 Fevereiro	Dia dos Heróis	Moçambique
4 Fevereiro	Dia Nacional da Luta Armada	Angola
21 Fevereiro	Dia de Carnaval	Angola
3 Março	Dia dos Mártires	Malawi
8 Março	Dia Internacional da Mulher	Angola, Zâmbia, Madagáscar
11 Março	Dia de Moshoeshoe	Lesoto
12 Março	Dia Nacional	Maurícias
	Dia da Juventude	Zâmbia
21 Março	Dia da Independência	Namíbia
	Dia dos Direitos Humanos	África do Sul
29 Março	Dia dos Mártires	Madagáscar
4 Abril	Dia da Paz e Reconciliação	Angola
	Dia dos Heróis	Lesoto
6 Abril	Sexta-feira Santa	Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Namíbia, Seychelles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabwe
7 Abril	Sábado Santo	Zâmbia
	Dia da Mulher	Moçambique
9 Abril	Segunda-feira de Páscoa	Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Namíbia, Seychelles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabwe
18 Abril	Dia da Independência	Zimbabwe
25 Abril	Dia da Bandeira Nacional	Swazilândia
27 Abril	Dia da Liberdade	África do Sul
30 Abril	Dia da Juventude	RDC